

PARA UM HISTORICISMO REFLEXIVO NA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS. O CASO DA "ESCOLA DE CHICAGO" NA SOCIOLOGIA¹

Christian Topalov

Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales - EHESS, Cultures et sociétés
urbaines-CNRS

Entre os fenômenos estudados pela sociologia dos saberes científicos, um dos mais intrigantes diz respeito à colocação de etiquetas em obras, autores, idéias, de modo a erigi-los em "escolas". É também um dos mais interessantes.

Em primeiro lugar, porque a afirmativa da existência de "escolas" constitui uma modalidade freqüente da formação das "tradições científicas" – esses conjuntos de referências e exemplos que compõem as ferramentas dos estudiosos, as organizam em conjuntos coerentes e as dotam de autoridade. A designação "escola" – quer se trate de promovê-la ou de criticá-la – é uma estilização que configura também uma arma na competição entre os estudiosos. Daí deriva um primeiro conjunto de tarefas: determinar a utilidade de uma "escola" nos diferentes campos nos quais é mobilizada. Logo que se ultrapassa a fronteira da etiqueta, é necessário observar suas variações de definição e uso.

Outro interesse do objeto está em que relaciona um presente a um passado, uma série de presentes a uma série de passados. Daí se coloca um outro conjunto de tarefas: identificar os procedimentos e os efeitos dessas reconfigurações. Os usos do passado constituem aqui uma ferramenta útil de análise dos presentes.

Desejaria esboçar essa discussão a respeito do sintagma "*The Chicago School of sociology*", em português: "A Escola de Chicago".

Da forma como foi apresentada no Brasil, na França como em outras partes do mundo, essa "Escola" se tornou parte da narrativa das origens da sociologia. Quer se encontre nela uma fonte de inspiração ou de crítica, a Escola de Chicago é um fato histórico já que dela se fala e, sobretudo, por ser matéria de ensino.

Esta situação é relativamente recente. No que diz respeito à França, sem dúvida, alguns dos autores citados vêm merecendo há tempos a atenção dos

¹ Tradução de Maria Stella M. Bresciani.

sociólogos franceses – como Halbwachs ou Chombart –, entretanto inexistia uma etiqueta disponível para agrupá-los ou identificá-los. A Escola de Chicago irrompe na França tardiamente (1968) como objeto de severo ataque da parte de Manuel Castels, um jovem pretendente à fundação de uma “sociologia marxista”. Uma década depois (1979), veio a resposta: os grandes textos da “Escola” – associada na época ao neologismo “ecologia urbana” – foram “enfim” disponibilizados em francês por Yves Grafmeyer e Isaac Joseph. A Escola de Chicago iniciava dessa maneira sua carreira na França. Outros sociólogos, a partir de interesses diversos, a separam imediatamente da especialização “urbana” e passou a servir de apoio a sociólogos sob a etiqueta de “ethono-metodologia” ou “interacionismo”. Seria essencial realizar uma pesquisa histórica detalhada sobre a introdução no Brasil dos sociólogos de Chicago (Park, sem dúvida, em primeiro lugar, e seu aluno Donald Pierson) e, assim, do sintagma “Escola de Chicago”, com sua definição ou suas diferentes definições.

Situação paradoxal. Justo no momento – os anos 1980 – em que a sociologia francesa “descobria” a Escola de Chicago, uma parte da historiografia norte-americana e europeia se voltava para um “revisionismo” tendencialmente voltado ao questionamento da pertinência dessa etiquetagem. Os anos 1970 haviam solidamente transformado esta Escola em tema da história, fazendo com que aquilo que Andrew Abbot bem denomina o gênero – “*manufacturing Chicago*” – se tornasse uma indústria de alto rendimento. No final dos anos 1980, esse rendimento declina. Novos estudos a inserem em cronologias mais longas ou em contextos culturais e sociais mais amplos que esmaecem seus contornos e sua especificidade. Nesse sentido, foi decisiva a publicação do livro de Abbott (1999) que, pela primeira vez, coloca no centro da pesquisa a idéia da invenção da tradição de Chicago. Também a partir desse momento, do lado francês, o trabalho de Chapoulie (2001) constitui o primeiro estudo histórico de conjunto, distanciado da hagiografia e do presentismo furioso da maioria dos comentadores franceses. Dois livros admiráveis.

Segundo uma definição convencional, a Escola de Chicago é um conjunto de professores e alunos, temas e conceitos, pesquisas e publicações, relacionadas à idade de ouro do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago (se adotada a cronologia de Faris, 1920-1932). Quando e como esta representação se

formou?

Uma certeza: nos anos 1920 e 30, os sociólogos do Departamento não se designavam como parte de uma “Escola” – mesmo considerado somente o grupo restrito a gravitar em torno de Park e Burgess. Não eram, tão pouco, assim classificados por outros. O punhado de ocorrências da época tem sentidos diversos segundo a situação da enunciação. São instáveis por seu conteúdo e, sobretudo, fugidias.

No final dos anos 1960 a paisagem havia mudado completamente. Primeiro nos Estados Unidos, depois no estrangeiro, a “Escola de Chicago” começou a ser mencionada de forma corrente nas descrições da disciplina e de sua história. Um objeto nascia. O que aconteceu? Três ações, em três momentos diferentes, produziram três “Escolas de Chicago” diferentes.

Abbott traz à luz o primeiro nascimento da “Escola”: esse momento teve lugar em 1951-52. O Departamento estava então em crise profunda. Os últimos professores da geração dos anos 1920 se aposentavam; os recém recrutados, pouco numerosos e formados muitas vezes no próprio Departamento, se transferiam rapidamente para outros lugares. No Departamento, as facções se dividiam e a linha de fratura mais aparente colocava em campos opostos “qualitativistas” e “quantitativistas”. 1952 será o ano da hemorragia: Burgess e Ogburn se recusam a postergar suas aposentadorias; Wirth morre inesperadamente; Blumer parte para Berkeley. Exatamente quando a sociologia conhece um crescimento fulgurante em outras universidades, em Chicago o número de estudantes pouco cresce. Surgiram poderosos concorrentes: Parsons promove a teoria sociológica em Harvard, Lazarsfeld e Merton formalizam a sociologia quantitativa na Universidade de Columbia. O perigo aproxima-se: em 1950, o chanceler da Universidade propõe cargos a Merton e a Lazarsfeld, sem sucesso. O Departamento fica então sob a tutela de fato da Universidade.

Em 1951, na conjuntura de crise, o novo chanceler exige do Departamento uma reflexão sobre seu futuro. “Desse modo, observa Abbott, foi a administração que primeiro considerou Chicago como algo menor do que o conjunto da disciplina, como um paradigma específico (e datado)”. No decorrer do ano letivo de 1951-52, o Departamento mantém um seminário de auto-redefinição, cujas minutas foram

conservadas. O intuito era claro: antes de saber a quem se destinava a herança, era necessário determinar do que se tratava. Foi assim e a partir dessas interações, cujo resultado não estava de início determinado, que a Escola de Chicago surgiu. O final dessa trajetória de reflexão foi alcançada “na sala 106 do *Social Science Building* na noite de 28 de maio de 1952”.

Herbert Blumer (52 anos, Ph.D. em 1928, contratado em 1932, protegido de Faris e promotor da “psicologia social”, prestes a partir para Berkley) afirmava evocando Small, Park e Thomas:

Tenho a profunda convicção de que a preeminência deste Departamento durante mais de meio século deve-se ao fato de [seus líderes] se preocuparem em tentar desenvolver [...] algo como *a coherent body of knowledge of human group life as such* [um corpo coerente de conhecimentos sobre a vida humana em grupo].

Ernest Burgess (66 anos, Ph.D. de 1913, contratado em 1919, chefe do Departamento e em vias de se aposentar) pede então ao jovem Albert Reiss (30 anos, Ph.D. de 1949, contratado em 1947 e demissionário) que manifeste sua opinião. Este lhe responde: minha tendência é mais a de seguir a corrente atual da sociologia, e esta “em verdade, não corresponde à visão da sociedade que caracteriza *what has come to be known as the Chicago school of sociology* [a que se tornou conhecida como a Escola sociológica de Chicago] que me foi ensinada quando estudante no Departamento”.

Esta confissão provoca um pequeno drama:

- Burgess (a Reiss) : “Por que você se desviou dela? [*What did you deviate?*]”
- Blumer (a Burgess): “E você, por quê? [*Why did you?*]”

Daí em diante, passa a existir uma “visão da sociedade” que constitui uma herança comum, pois se pode dela tomar distância ou traí-la: é isto algo “que passa a ser chamado de Escola de sociologia de Chicago”. Quem, entretanto, poderá legitimamente desenhar seus contornos e seu conteúdo? Blumer, o psicólogo social, Wirth e os partidários do *fieldwork* [trabalho de campo], ou Burgess, aliado dos ecologistas-estatísticos? Para ser consensual a resposta precisava ser minimalista.

Todos concordam em recusar as teorias gerais e abstratas – isto é, Parsons. Fora isso, só há divergências. Sem alternativa, o acordo seria alcançado com a reorganização do passado em torno da figura de Park, de cuja obra cada um se apropriava à sua maneira. É o momento em que Hughes exuma Park do esquecimento publicando, entre 1950 e 55, três coletâneas de seus textos.

Os que partiam, bem como seus sucessores quando tentaram definir o que haviam feito em conjunto e que estava em vias de fundar, transformaram um assunto moribundo em um objeto vivo. Buscando reencontrar um lugar face à Harvard e Columbia, eles fizeram Chicago renascer. Qual Chicago, entretanto? Aquela que Janowitz tomara para si (a ecologia humana e os estudos urbanos)? Ou aquelas da diáspora e, principalmente o que Hughes, transplantaria para Brandeis (o *fieldwork*, a interação social)?

Se, em 1952, a primeira Escola de Chicago nascia por meio da ação da segunda escola (que não ganhou ainda esta denominação), o feliz acontecimento permaneceu confidencial. A boa nova somente será divulgada uma dúzia de anos mais tarde.

Nesse meio tempo, o campo dos “qualitativistas” sofria uma crescente marginalização. Hauser, o homem das estatísticas demográficas, substituíra Hughes na chefia do Departamento (1956). Vários componentes da equipe partiram e reforçaram a tendência: Riesman, Strauss, Warner e até mesmo Hughes (1962). A jovem geração, prestes a ganhar notoriedade, se afasta, em especial Becker (Ph.D. 1951, em direção a Kansas City) e Goffman (Ph.D. 1953, para Berkeley).

Harvard e Columbia, por outro lado, e cada uma à sua maneira, haviam começado a reescrever a história da disciplina. Parsons fixava uma história da teoria sociológica que tomava por origem Durkheim e Weber. Lazarsfeld, de seu lado, construía uma história da “sociologia empírica” e com essa finalidade defendia uma multi-nacional científica que compreendia colaboradores britânicos, alemães e franceses. Nenhuma dessas formatações do passado concedia qualquer espaço à “tradição de Chicago”.

Morris Janowitz (Ph.D.1948, contratado em 1962, protegido de Hauser) passou a conduzir uma contra-ofensiva cuja modalidade principal consistiu em uma iniciativa editorial que se inicia em 1964 e dura uma dúzia de anos.

Ato primeiro: mobilização do velho Burgess (78 anos). Com a colaboração de Bogue, ele publica em 1964 um alentado volume intitulado *Contributions to Urban Sociology*, com textos de cerca de 40 autores. Pela primeira vez, os trabalhos realizados no Departamento nos anos 1920 e 30 eram reunidos em um conjunto identificável como tal. Por que esse título? Burgess anota: a pesquisa urbana tornou-se hoje em dia um "big business", mas "a insuficiência da reflexão e dos conceitos fundamentais [permanecem] camuflados [...] sob matemáticas de alto nível". É necessário voltar às fontes. Trata-se de um caso urgente: os trabalhos dos supostos pioneiros não estavam mais disponíveis e, em Chicago, não mais constituíam tema de estudo.

Ainda no ano de 1964, Janowitz lança sua coleção "*Heritage of Sociology*", iniciativa exemplar de construção metódica de uma tradição.

O ritmo de publicação é intenso. Coletâneas de textos escolhidos de Wirth (1964), Ogburn (1964), Thomas (1966), Park (1967), McKenzie (1968), Frazier (1968), Znaniecki (1969), Burgess (1973). Uma compilação de diferentes autores recebe a etiqueta "*the Chicago school of urban sociology*" (1971). Reedições de antigos livros-básicos: *The City*, o manifesto de 1925 (1967), o manual de Park e Burgess de 1921 – "*the Green Bible*" (1969) e até a tese de Park de 1904, escrita em alemão e até então jamais publicada integralmente em inglês (1972). Também se reeditam algumas memórias de estudantes publicadas na época sob a forma de livro: de início Anderson (1961), depois Wirth (1975) e Zorbaugh (1976). Todo esse conjunto tem como fecho a publicação de uma primeira história da Escola (1970) escrita por Robert L. Faris, antigo estudante do departamento e filho do sucessor de Small.

Esta avalanche editorial forneceu a prova material da existência da Escola de sociologia de Chicago e fixou seus contornos. A geração de fundadores do Departamento (salvo Small) é ignorada enquanto são laureados todos os professores ativos entre 1915 e a década de 1930 (exceto Faris) e numerosos alunos seus (salvo Blumer e Hughes). Ogburn, em particular – o homem dos números – é anexado à herança. Confere-se, entretanto, claro privilégio a Park, Burgess e aos trabalhos passíveis de serem listados como "sociologia urbana" ou "ecologia humana". Este é o tom das leituras propostas para as introduções: "Os

problemas [urbanos] contemporâneos [nada mais fazem do que] sublinhar a pertinência intelectual [desses sociólogos]. [...] Todos eles colocaram questões cruciais que dominam ainda hoje o pensamento dos sociólogos urbanos”, etc.

“*Heritage of Sociology*” congrega, além disso, os ancestrais europeus: Charles Booth (1967) e Georg Simmel (1971). Um editor ligado à Universidade de Chicago havia antes anexado à sociologia urbana Max Weber (1958) e Maurice Halbwachs (1960). Se a isso de somar a montagem realizada por Sennett (1969) que entretecia “a escola alemã” (Weber-Simmel-Spengler) com a “escola de Chicago” (Park-Wirth-Redfield), todos os elementos de uma ampla narrativa histórica da sociologia urbana estavam reunidos por volta de 1970. Na década seguinte, ela dará volta ao mundo.

A partir de 1974, “*Heritage of Sociology*” é deixada de lado e, hoje em dia, a maioria de seus títulos não se encontra disponível nos Estados Unidos. Entretanto, constituía-se finalmente o objeto editorial e intelectual “Escola de Chicago”.

Pode-se evocar aqui um terceiro nascimento da “Escola de Chicago”. Ele se organiza em 1995 quando uma nova geração de jovens sociólogos, firmemente agrupados sob a bandeira do interacionismo simbólico, decidiu que, nos anos 1950 e 1960, havia existido uma “segunda Escola de Chicago” sob a direção de Hughes e Blumer”. Esta nova intervenção no passado incluía grande quantidade de comentários sobre o interacionismo simbólico e as tradições que haviam conduzido a ele, situando sua ação a partir dos anos de 1967-70. Nessa retomada, Mead, filósofo por quem somente os filósofos até então se interessavam, torna-se o psicólogo social que havia redefinido os próprios fundamentos da sociologia. A criação retrospectiva da segunda Escola pelos seus herdeiros impunha uma nova redefinição da primeira: dela haviam participado Dewey e Mead, Thomas e Park. A construção de Janowitz estabelecera que havia existido uma “Escola de Chicago”, mas ele dava agora uma nova definição de seu conteúdo. Nos meios científicos, essas duas definições coexistem até nossos dias e reforçam-se mutuamente graças ao mal-entendido que, simultaneamente, as separa e as une.

As tradições científicas são, como vemos, são elaboradas por meio da presentificação do passado e da produção de objetos culturais: uma “escola”, mas também os “fundadores”, as séries de “clássicos” e muito mais. É inútil tentar

lamentar ou condenar isso: é dessa forma que as crenças mudam e tornam possíveis nossas ciências, e é assim que suas ferramentas cognitivas se renovam.

Seria, pois, apressado concluir que todos que a elaboraram, fizeram circular e utilizaram as representações sucessivas da Escola de Chicago tenham se equivocado, por ser este um objeto de ficção.

Constitui sem dúvida um anacronismo: a Escola de Chicago nasceu em 1952 ou em 1964 ou em 1995, e não em 1920. É, portanto, essencial nos desfazermos desta categoria para tentar saber se o que aconteceu foi efetivamente produzido nesse departamento da universidade no decorrer dos anos 1920 e 30.

Por outro lado, a Escola de Chicago é, ao mesmo tempo, pertinente enquanto categoria de ação no campo da sociologia norte-americana dos anos 1960, e depois em diversos lugares do mundo. Assim considerada, a Escola de Chicago constitui um elemento de análise eficaz dos campos científicos pelos quais ela foi apropriada e reinterpretada. Trata-se do que acontece, creio, com todos os objetos culturais que circulam no tempo e no espaço.

Numa perspectiva historicista, esses dois aspectos devem ser levados em consideração. Entendo "historicismo" pelo que, na história ou na sociologia, se define em oposição ao "presentismo": a posição espontânea dos estudiosos que narram uma história teleológica, isto é, do ponto de vista de sua pertinência atual para nós.

De minha parte, trata-se de um programa que busca descrever os estudiosos do passado em seu próprio tempo, restituir suas questões e suas práticas e os deslocamentos posteriores que nos fizeram perdê-los de vista. Um programa que também implica no esforço de descrever e dar conta dos usos que foram feitos desses estudiosos ao longo do tempo. Usos ou interpretações, que em determinado sentido, nem são falsos nem verdadeiros; são a própria produção da ciência. O trabalho histórico não os recusa, considera-os como objeto de pesquisa e busca compreender sua pertinência para aqueles que os produziram. O historiador ou o sociólogo das religiões deve ser agnóstico para trabalhar corretamente, o mesmo aqui acontece. Esse agnosticismo de método tem, entretanto, conseqüências. Considerar que os discursos dos estudiosos sobre o passado (em vários graus) são anacrônicos, dá lugar a uma diminuição significativa da crença nas narrativas

produzidas sem uma verdadeira pesquisa.

Pode-se, por outro lado, pensar que um resoluto historicismo nos dá a posse das chaves do passado? Colocar a questão é já respondê-la. Toda narrativa histórica, toda análise sociológica, por mais armada que esteja, propõe somente uma interpretação na seqüência de várias e de outras que ainda serão produzidas. Afirmar isso não constitui somente uma evidência de bom senso ou uma modéstia de bom tom, é o correlato de um historicismo conseqüente que deve reconhecer o caráter histórico de seu próprio procedimento. Dado que a história se escreve sempre no presente, o historicismo em história das ciências não se beneficia de nenhum privilégio de extra-territorialidade; é necessariamente "engajado".

Qual a finalidade, então, de todo esse esforço para aproximar a história de nossas disciplinas? Nas ciências sociais, muito em particular, controlar a história ou a memória do grupo de estudiosos é um meio poderoso de reforçar uma autoridade. As modalidades do controle do passado são diversas, tal como começam a mostrar as pesquisas históricas sobre a escrita das histórias dessas ciências. Pode-se erigir um monumento ao fundador ou abolir o tempo pela formalização; fazer-se guardião da tradição ou preconizar sua revisão; há ainda outras táticas – provavelmente congruentes com posições específicas aos campos disciplinares. Dentre essas táticas, deve-se ter em conta a reivindicação historicista.

Esta apresenta, entretanto, uma particularidade: ter em vista o controle do passado ao mostrar que ninguém pode controlá-lo; que ele não pertence a ninguém, pois não pertence ao presente. Ao afirmar que o mercado do passado disciplinar está aberto a todos, o historicismo é liberal. Por exigir dos ingressantes que se submetam às disciplinas comuns à pesquisa, desvenda o esforço de fixar um preço de entrada, mas numa moeda abundantemente disponível. Seu primeiro argumento vincula-se diretamente a um valor escolástico comum: pode-se simplesmente ler melhor, quando se desembaraça dos anacronismos, efeitos de túnel e mitos de origem, e no seu lugar se coloca a obra "em seu tempo" – como dizem os manuais. Restituir as condições da produção das obras do passado constitui uma oportunidade de abordá-las de modo menos utilitário e reencontrar seu frescor; de melhor apreender sua dimensão de incomensurabilidade e suas razões. Examinar a seqüência da recepção e melhor compreender porque nós ainda

os lemos, como eles chegaram até nós e quais sedimentos carregam.

Além disso, constitui uma oportunidade de voltarmos às nossas pesquisas de maneira diferente, mais distanciados. O historicismo deve ser reflexivo de dois modos: ao não criar ilusões sobre seu próprio alcance, constitui também um poderoso meio de desenvolver uma prática reflexiva das ciências sociais hoje. Assim como o viajante nunca deixa verdadeiramente o lugar de onde partiu e, entretanto, retorna transformado, o “desvio” pelo passado de sua disciplina, assim entendido, não deixa o pesquisador indene. O contraste com as histórias “presentistas” é enorme: estas confirmam sempre que nossas questões ou nossas respostas são as corretas; aquela, ao contrário, desorganiza bastante as evidências.

Congregar-se amplamente em torno de uma exigência de reflexão sobre nossa própria ciência e nossas formas de produzi-la é uma ginástica do espírito que a leva a considerar as práticas da ciência atual da mesma maneira que as do passado.

A história social das ciências sociais nos coloca, assim, em condição de reconhecer os limites de nossos próprios esquemas; nos convida para uma prática mais modesta de nossas ciências. É também um meio de enfraquecer um dos mais sólidos obstáculos à reflexão: o discurso anacrônico sobre o passado dos saberes. Ela dirige, sobretudo, nossa atenção para novos objetos, sugere novas formas de estudo, promete desse modo novas descobertas. Seria longa a lista dos empreendimentos históricos desse gênero que questionaram o modo pelo qual praticamos nossas ciências: pensemos na história das categorias estatísticas e em seus usos, nas práticas e conseqüências da antropologia, ou no uso regulado (em história) das distâncias entre as representações de hoje e as dos atores do passado.

O historicismo assim praticado não conduz ao relativismo; faz surgir novos objetos, apresenta novas exigências.